

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil

Between “Soup” and Participatory Budgeting: approximations and distancing in the cases of Aveiro/Portugal and Araraquara/Brazil

*Rafael A. Orsi¹
José Carlos Mota²
Ana Clara Citelli³*

Resumo: A produção do espaço das cidades é um processo complexo, denso, tenso e que envolve múltiplos atores e interesses. As cidades, como constructos sociais, espelham a dinâmica social que a engendra e, ao mesmo tempo, estrutura e dinamiza processos sociais. Para se buscar uma cidade mais democrática é necessário se pensar em uma sociedade que se queira democrática. A partir desta questão, este trabalho busca refletir sobre a democracia participativa, apresentando duas experiências de arenas participativas: os orçamentos participativos e o “soup”. Considerando o orçamento participativo em Araraquara/SP em uma de suas plenárias e a experiência do Aveiro Soup (na cidade de Aveiro/Portugal), buscou-se estabelecer, de maneira comparativa, aproximações e distanciamentos entre os modelos. O intuito da comparação não é de hierarquizá-los a partir dos seus resultados e dinâmica, mas sim refletir sobre aberturas dialógicas entre os dois modelos cujos princípios de democracia, empoderamento e valorização da escala local se fazem presentes. Logo, ambos não são excludentes, podendo mesmo ser complementares.

¹ Prof. Dr. Rafael A. Orsi (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/ Campus de Araraquara – Faculdade de Ciências e Letras.)

² Prof. Dr. José Carlos Mota (Universidade de Aveiro)

³ Msc. Ana Clara Citelli (Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG - Prefeitura de Osasco).

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Aveiro Soup; Planejamento Urbano Participativo; Araraquara/SP

Abstract: The production of urban space is a complex, dense, strained process that involves multiples actors and interests. The cities, like a social constructions, reflects the social dynamics and, the same time, it structures and dynamizes social processes. To reach a more democratic cities is necessary to build a society who wants democratic itself. From this point, this paper discuss about participatory democracy, considering two participatory spaces: the participatory budgeting and the “soup”. From participatory budgeting in Araraquara/Brazil (in just one plenary) and Aveiro/Portugal Soup, was established a comparative analysis, identifying approximations and distancing between the models. The aim of comparison isn't create a hierarchy between them from the processes, dynamics and results, but, above all, thinking about dialogical possibilities in models that principles like democracy, empowerment, valuation of local scale are very strong. In this way, both could be complementary to reach a democratic cities and improve the quality of urban life.

Key Words: Participatory Budgeting; Aveiro Soup; Participatory Urban Planning; Araraquara/SP.

1. Introdução

Uma miríade de questões espinhosas – e necessárias – orbitam em torno do planejamento democrático das cidades com o fito de estabelecer os melhores caminhos de ação e efetividade. Se as bases conceituais e epistemológicas que buscam aproximações e distanciamentos entre democracia representativa, participativa e direta são complexas e não consensuais, no que se refere aos seus aspectos positivos e negativos, tal aporte encontra grande imbróglio quando a práxis é trazida para o centro do debate com o intuito de intervenções no processo de planejamento das cidades. Parece inegável que o envolvimento da população neste processo é fundamental e traz ganhos importantes para o planejamento. Souza (2006), defende que os ganhos participativos podem se dar em dois sentidos: pensando a participação como um fim em si mesma e a participação considerada como um meio. Para o primeiro caso, o autor argumenta em favor dos ganhos no sentido de responsabilidade e interesse pela coisa pública e a maior

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

consciência de direitos e, ainda, o maior empoderamento da população, sobretudo quando se trata de ambientes deliberativos. Já para o segundo caso, a eficiência na gestão seria um dos principais ganhos.

Outro elemento fundamental trazido para o centro do debate, quando se discute o planejamento democrático das cidades, vincula-se ao direito à cidade. Para Harvey (2014), o direito à cidade deve apontar para o “maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente” (p. 61) produzido na urbanização. O autor traz para o primeiro plano os movimentos sociais que apresentam como pauta questões estruturais no processo de produção capitalista das cidades. Dialogando de maneira muito próxima com Lefebvre (2001) para quem o direito à cidade constitui-se em “*direito à vida urbana*, transformada, renovada” (p. 118 – grifos do autor), Harvey (2014) apresenta severas críticas à produção mercadológica das cidades, preocupada fundamentalmente com seu valor de troca. Ainda que seja importante considerar as limitações na efetividade das diferentes arenas participativas, o envolvimento da população nas definições da política local pode apontar para ganhos substantivos nos valores de uso do espaço urbano, muito mais afinados às necessidades e anseios da população que vive o cotidiano do espaço e enfrenta seus desafios de maneira perene.

Para Sen (2000) a democracia possui uma tripla virtude: “1. sua importância intrínseca; 2. suas contribuições instrumentais; 3. seu papel construtivo na criação de valores e normas” (p. 185). No entanto, a despeito da importância da democracia, o autor faz uma ressalva: “a oportunidade que ela oferece tem de ser aproveitada positivamente para que se obtenha o efeito desejado. Essa é, evidentemente, uma característica básica das liberdades em geral – muito depende do modo como elas são realmente exercidas” (p. 183). Os espaços, as possibilidades e formas de articulação e aproveitamento de processos democráticos e participativos são essenciais para as políticas urbanas.

Considerando a importância de sistemas democráticos para o planejamento e gestão das cidades, o presente artigo tem como objetivo apresentar de maneira

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

comparativa duas arenas participativas voltadas para as ações urbanas. A primeira, já bastante conhecida no Brasil, são os orçamentos participativos, institucionalizados, territorialmente delimitados. Para Avritzer (2008), este modelo pode ser considerado de “baixo para cima”, dado os posicionamentos e pressões da sociedade civil e da liberdade de associação de qualquer cidadão aos debates, propostas e encaminhamentos. No entanto, cabe questionamentos sobre suas aproximações e características de uma política *top-down* uma vez que a iniciativa, a delegação e a organização partem do poder público, tutelando as ações dos orçamentos participativos. A segunda arena considerada, será o Aveiro “Soup”. Inspirada em um processo participativo originado em Detroit (Detroit Soup), a atividade origina-se da própria sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas, promovendo debates e apresentado projetos de intervenção na cidade. Possui características distintas do orçamento participativo aproximando-se mais de modelos *bottom-up*, ainda que ela não seja, de fato, uma política pública. Para efeitos comparativos considerou-se o Orçamento Participativo na cidade de Araraquara/SP/Brasil e o “Soup” da cidade de Aveiro/Portugal. Estabelecendo aproximações e distanciamentos, o intuito não é apresentar algum grau valorativo na comparação – se um é melhor que outro – mas traçar alguns paralelos que sejam relevantes. Para tanto organizou-se o artigo em três partes fundamentais. Primeiramente alguns breves apontamentos sobre a democracia e o planejamento das cidades, posteriormente as experiências em Araraquara e Aveiro e, antes das considerações finais, a comparação entre os dois processos.

2. Democracia e Planejamento das Cidades

No Brasil, o fim do regime autoritário na década de 1980 e a volta da vigência das instituições democráticas formais básicas (eleições livres, livre organização político-partidária, liberdade de imprensa, etc.) trouxeram novos elementos aos estudos que focavam não somente no processo de construção democrática, mas também nas propostas de maior inclusão social e política nesses

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

processos. Para Dagnino (2002), tal processo se deu pautado no reconhecimento dos indivíduos como sujeitos portadores de direitos, inclusive de participar efetivamente na gestão da sociedade. Nessa perspectiva, na última década, motivado pelas transformações nas relações entre Estado e sociedade que extrapolam a dimensão da política eleitoral, o debate democrático se torna fundamental.

Segundo Arendt, que todos os governos necessitam de participação popular na esfera pública para se sustentar e manter-se de fato no poder. Afirma-se também que a participação popular pressupõe cidadãos dotados de direitos e capacidade de articulação no processo decisório, portanto, esse mecanismo consiste em ampliar o poder da sociedade civil dentro da esfera pública. Ou ainda, dando autonomia aos cidadãos de promoverem e pressionarem o Estado naquilo que se entende como um bem comum e coletivo (SILVA, 2013).

De modo sucinto, a democracia representativa trata-se de um sistema representativo no qual um ente é escolhido para representar os interesses de um grupo. No caso da gestão pública, ampara-se no voto popular para eleger um representante público que defenda as necessidades e demandas da sociedade civil. Esse mecanismo depende do fortalecimento e confiança da sociedade civil nas Instituições que representam e são inerentes a esse processo. Ocorre que no Brasil, há uma crise institucional de representatividade, algo que tem dificultado e colocado em questionamento o benefício desse mecanismo do Estado brasileiro. Um dos grandes pensadores que defende o modelo representativo, é Schumpeter (1961). O autor afirma que o poder da sociedade civil e, portanto, do eleitor, se resumiria à através de eleições competitivas, escolherem seu representante no mercado político. Assim, na concepção de Schumpeter o povo não mais participaria diretamente das decisões, mas constituiria uma representação. A democracia é o governo dos políticos e de capacidade intelectual, por isso, o autor supracitado acredita que a participação direta dos cidadãos é desfavorável para a consolidação

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

da democracia, sendo mais vantajoso institucionalizar regras e procedimentos visando a seleção de líderes políticos hábeis.

Já democracia direta tem como inspiração a pólis grega, em que os cidadãos - é válido dizer que o debate acerca desse conceito não é cabível nesse espaço - tinham poder deliberativo direto. A deliberação direta, significa que há a participação da população e a responsabilidade por dar a última palavra e atuar como um poder executivo. Isto é, a população e sociedade civil é capaz de decidir como “um fim” em si, e não participando como um “meio” (VITALE, 2004).

Vitale (2004), utiliza-se do Orçamento Participativo implementado no Brasil para discutir como a democracia direta é utilizada nesse contexto. Para o autor, o Orçamento Participativo, a partir da intervenção e escolhas da população, elabora o orçamento público e define obras em uma cidade em conjunto com os cidadãos. A representação do Estado encontra-se de modo secundário nesse projeto no momento de execução, pois é a soberania popular que define esse processo. É certo que essa dinâmica interfere e modifica as decisões no espaço público e na vida privada da população.

Paralelamente ao objetivo deste trabalho, é importante esclarecermos como os mecanismos e tipologias democráticas afetam as políticas públicas urbanas e o modo de produzir os espaços das cidades. As formas e métodos para planejar e decidir as estruturas das cidades são responsáveis por impactar a vida e as dinâmicas sociais que compõem o espaço urbano. De forma sintética, consideramos os principais componentes estruturais dessa esfera: o espaço público e o espaço privado. O primeiro, amplamente debatido desde Habermas (1984), que construiu o conceito debatendo tais espaços, esferas capazes de reunir pessoas para dialogar e construir uma opinião pública, como cafés, clubes e espaços de sociabilidade.

Atualmente, o espaço público está no cerne de amplos debates, como um espaço físico de constructo social, que contém a vida e a “cena” pública ou basicamente “tudo que se refere à vida pública”, o locus de reprodução da vida

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

coletiva, tal como a rua. O espaço privado é resultado da apropriação de um lugar, calculado e financiado sob o viés do mercado, servindo de exemplo shoppings centers ou muramento de ruas e construção de condomínios ou outros empreendimentos urbanos (GOMES, 2006).

Portanto, a organização desses espaços, ou ainda, o planejamento dos espaços da cidade, a partir de governos e cidadãos, ações políticas e ações populares, determinam concepções de planejamento e gestão das cidades. A concepção não democrática permeia-se em um modelo que visa transmitir a necessidade de organização técnica da cidade e disponibilizar os equipamentos urbanos de forma hierárquica. Isto significa conceber não somente uma cidade extremamente funcionalista do ponto de vista arquitetônico, mas delimitar quais espaços urbanos são mais importantes do ponto de vista sociopolítico e merecedores de investimentos em relação aos outros.

Não há como apontar neste momento todos os impactos que esse modelo traz para a vida das cidades, mas é importante ressaltar que esse estilo de planejamento urbano é basicamente uma ferramenta que coloca o Estado como centro do processo decisório na produção das cidades. Ressalta-se, neste caso, que os tecnocratas eram vistos como os detentores da razão intrínseca à vida urbana, e isso resultou na maioria das vezes, atuar sob o prisma puramente racional do que é mais ou menos lucrativo e passível de controle na vida urbana (CARVALHO, 2009).

Um dos mecanismos desse tipo de planejamento é o processo de zoneamento urbano, que divide a cidade em espaços específicos para atividades específicas, como espaços residenciais, comerciais e industriais, resultando em um reducionismo e simplismo que homogeneíza os espaços e legitima tal prática por meio da regulamentação do uso do solo. Esta tipologia de planejamento ultrapassa os limites de uma ferramenta para ordenamento da cidade e toca as dimensões sociais que são intrínsecas a esse processo: através da objetificação dos espaços, seleciona-se, por exemplo, onde serão construídas moradias populares ou condomínios de luxo.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Esse mecanismo resulta em definir de acordo com a renda, a tipologia espacial e geográfica do bairro em relação aos tipos habitantes que abrigará. Esse processo, além de ser responsável por produzir e reproduzir territórios e ilhas isoladas, evidencia também toda a carga política e simbólica dessa estruturação. O isolamento humano, a favelização, a periferização (como ideologia) e exclusão de espaços da cidade são um projeto político, não acontecimentos ao acaso. Sabe-se que no Brasil, essa é a lógica que tem se mantido em diferentes planos de governo. O espaço concreto como um todo, não foi construído para amparar amplamente os dispositivos democráticos em processos decisórios na arena política, por isso, o Orçamento Participativo é visto como uma grande vitória e um indício de um planejamento participativo e uma democracia verdadeiramente deliberativa.

O planejamento urbano participativo ou o planejamento urbano democrático consiste em promover um projeto de cidade pautado em possibilidades, isto é, trazer a população para debater as construções urbanas e formas de habitar a cidade, de forma que diferentes atores e interesses possam influenciar nos moldes de fazer uma política pública urbana mais participativa. Esse processo e esse instrumento descentralizariam as decisões do Estado, expandindo nas cidades a possibilidade de criar e reproduzir espaços democráticos e até mesmo um renascimento da esfera pública, de acordo com as perspectivas de Habermas (1984). Os meios para tratar as questões urbanas por meio da participação podem ser extremamente proveitosos até mesmo para o Estado, pois o auxílio dos cidadãos no processo decisório, quando direcionados, apontam onde há carência de instrumentos urbanos e, portanto, onde os investimentos podem ser mais proveitosos e menos onerosos.

O método do planejamento urbano democrático consiste em olhar a cidade para além daquilo que ela deve parecer esteticamente, e ressaltar aquilo que ela já é. Deixar de ter como foco principal a estrutura física das cidades, ainda que sua morfologia e ordenação espacial de modo racional seja de extrema importância, e tornar relevantes o costume, a cultura e as formas de uso dos espaços através do

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

comportamento das pessoas. Deste modo, para haver um equilíbrio na produção das cidades e planejamento urbano, não se deve separar dimensões importantes como: sociais, ambiental, política, econômica, cultural, histórica e técnica. Portanto, considerar esses universos significa aproximar o Estado – com toda sua capacidade, legitimidade e instrumentos – da sociedade civil, com toda sua necessidade e forma própria de promover a vida ou a morte de espaços urbanos e cidades (JACOBS, 1961).

3. Orçamentos participativos e a cidade de Araraquara

A experiência dos Orçamentos Participativos no Brasil, desde seu caso pioneiro em Porto Alegre/RS, são objetos de inúmeros estudos e reflexões no sentido de identificar processos e sua efetividade nos encaminhamentos das políticas públicas urbanas, para além do reconhecimento de sua inovação para a gestão pública e ganhos democráticos advindos de sua implementação. Notadamente, vários autores apresentam que a implementação dos orçamentos participativos traz importantes ganhos para os municípios. Souza (2001), tomando como referência as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte, considera que estas arenas participativas foram satisfatórias e positivas para os municípios estudados. A autora supracitada, destaca o empoderamento dos participantes do orçamento participativo, não se tratando apenas de mera consulta à população, que limita o espectro da ação política e ganhos efetivos na tomada de decisão. Assim, apresenta-se melhorias na racionalidade administrativa e na alocação dos recursos públicos, buscando maior justiça social e oferta de serviços públicos urbanos. Chama-se também a atenção para ganho na inversão de prioridades na distribuição territorial dos recursos. É importante destacar que há um reconhecimento de que a participação, ainda que seja de estratos sociais empobrecidos, não é composta, de fato, pelos mais pobres. No entanto, o orçamento participativo tem produzido efeitos redistributivos importantes nos espaços dessas cidades.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Certamente, há críticas ao orçamento participativo que devem ser consideradas para análise, aprimoramento e compreensão dos limites dessa arena de política participativa. Abers apud Souza (2001), apresenta três problemas da participação: i) o problema da implementação, pois quando governos buscam implementar processos participativos, grupos mais poderosos emperram o andamento dos processos; ii) o problema da desigualdade, já que as desigualdades socioeconômicas geram obstáculos à participação, mesmo em arenas já instaladas; iii) o problema da cooptação, uma vez que o controle de recursos e de informação fazem com que os governos consigam manipular os participantes. Ainda pode ser somadas a estas críticas, segundo Wampler (2008), o fato de que estudos comparativos mostram que os sucessos alcançados em Porto Alegre não necessariamente são encontrados em outras experiências. Obviamente, isso não significa a inexistência de ganhos com sua implementação.

Em pese estes possíveis aspectos negativos presentes no orçamento participativo, é inegável que o modelo traz ganhos sociais. Wampler (2008), destaca a importância dos orçamentos participativos uma vez,

É um programa inovador, pois suas regras promovem justiça social ao assegurar mais recursos para áreas mais pobres, ao encorajar a participação através da distribuição de recursos para cada uma das regiões do município em função da mobilização dos membros das respectivas comunidades e ao estabelecer novos mecanismos de responsabilização que acabam desvendando e inviabilizando procedimentos orçamentários obscuros” (p.69).

Cabe salientar que esta arena participativa, combinando elementos da democracia direta e também representativa, é um modelo que se estrutura em bases territoriais bem definidas. A organicidade surgida a partir das preocupações com o próprio bairro, da dinâmica cotidiana, do olhar próximo acurado pela vivência, o lugar experienciado pelas suas múltiplas facetas de interesses e tensões, são trunfos que podem ser captados em ações de uma política pública democrática e preocupada com o empoderamento da sociedade. Tal dinâmica favorece os laços

de solidariedade e a responsabilização com as ações e investimentos públicos na microescala do lugar.

A dimensão escalar do local é imbuída de características substantivas que liam as pessoas aos seus espaços (símbolos e representações), mas esta escala também instrumentaliza a ação e media a própria cidadania. Para Oliveira (2011), “[...] não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço” (p. 178). Certamente, questionamentos como os levantados por Souza (2001) em relação aos motivos que levam a adoção dos orçamentos participativos como instrumentos de planejamento e gestão urbanas, são de grande relevância, como:

[i] por que representantes eleitos iriam querer dividir o poder, mesmo que de forma apenas consultiva?; [ii] por que indivíduos racionais iriam querer participar, dado o desencantamento com a política e os políticos [...]; [iii] como governos que buscam a participação podem convencer as pessoas a se dedicar a problemas coletivos em vez de lutar por suas necessidades imediatas (p. 89).

Tais questionamentos estabelecem a necessidade de um diálogo muito próximo com os fatores que motivam a implantação, a manutenção e resultados do orçamento participativo. Por certo, essas questões suscitam uma agenda de pesquisas, as quais apresentam grande produção no Brasil. No entanto, não é objeto deste trabalho fazer este mapeamento. A preocupação maior é apresentar a experiência dos orçamentos participativos em Araraquara/SP e o Soup de Aveiro e estabelecer algumas aproximações.

4. A experiência de Araraquara

Araraquara é uma cidade média do interior do Estado de São Paulo com cerca de 230 mil habitantes. Sua primeira experiência do Orçamento Participativo foi em 2001, após o Partido dos Trabalhadores assumir a prefeitura da cidade. É importante dizer que o Orçamento Participativo é chamado de “vitrine do modo

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

petista de governar”, pois somente no governo petista em Porto Alegre na década de 90 que ele foi implementado.

A primeira “rodada” do Orçamento Participativo em Araraquara começou em 2001 e foi até o ano de 2008, período compreendido pelo governo petista de Edinho Silva. Contudo, como destaca o próprio prefeito em Silva (2010), o governo encontrou desafios em relação a participação da sociedade civil, uma vez que, o Orçamento Participativo é uma tipologia de política pública que depende da participação e da adesão da sociedade como um todo no orçamento público do município:

Uma das principais dificuldades enfrentadas na implementação desse projeto foi a ausência de uma sociedade civil ativa disposta a participar desse processo. A implementação do Orçamento Participativo de Araraquara foi algo concebido por uma iniciativa do governo, que despendeu enorme esforço, devido ao fato da população de Araraquara ter um legado de deficiência de capital social (PUTNAM,1996), ou seja, nunca ter tido a tradição e a oportunidade de participar do processo decisório da cidade e tampouco a consciência da importância do exercício desse direito e dever cívico, assim como devido à tradição elitista e paternalista da política local, que historicamente tem influenciado as administrações públicas nessa cidade, bem como na maioria das cidades brasileiras. (p. 53, 2010).

Porém, mesmo com a dificuldade posta acima, segundo Silva (2010), a implementação do Orçamento Participativo em Araraquara, foi capaz de articular a população e realizar obras de acordo com as necessidades expostas nas plenárias:

O Orçamento Participativo de Araraquara, de fato, conseguiu contribuir com uma mudança significativa no perfil dos investimentos na cidade. Este aspecto é confirmado pelos investimentos realizados pelo governo municipal que, em sua maioria, foram executados em bairros periféricos (p.59, 2010).

Após o término do governo petista no ano de 2008 o Orçamento Participativo é deixado fora da agenda do governo durante os dois mandatos do governo do PMDB na cidade. Com a eleição do prefeito Edinho Silva (PT), pela

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

terceira vez na cidade, o Orçamento Participativo, após nove anos, volta a figurar como política de governo.

É nesta retomada em 2017 que buscaremos extrair uma experiência que nos possa servir de exemplo. Primeiramente, é importante notar que a gestão petista (2017-2020) tem como lema: “Cidade participativa e solidária”, condizente com dispositivos que promovem a participação social no processo decisório. É importante dizer que a cidade possui 238 bairros, incluindo os seus dois subdistritos, além do distrito sede, que são Vila Xavier e Bueno de Andrada.

Para fins organizacionais, administrativos e de coesão geográfica, a cidade foi separada em onze regiões e dentro dessas regiões há em média duas subdivisões a depender da extensão e quantidade de bairros que cada região abarca. No total, são vinte e oito subdivisões da cidade. Cada uma dessas separações tem um dia no calendário do Orçamento Participativo para manifestarem suas insatisfações com município. Normalmente, as reuniões são marcadas em espaços municipais, na grande maioria das vezes, em escolas do município capazes de acomodar os integrantes do bairro que compõem a região a ser discutida. É válido salientar que a secretaria responsável por promover e fomentar o Orçamento Participativo na gestão atual é a de Planejamento e Participação Popular.

Além das reuniões para discutir a problemática dos bairros e, portanto, das regiões das quais fazem parte, o Orçamento Participativo também possui reuniões temáticas. Tanto no ano de 2017 quanto no ano de 2018, as sessões temáticas são para a cidade como um todo e possuem dias diferentes no calendário. Ressalta-se que todas essas informações constam no site da prefeitura da cidade, que além de expor a agenda, apresenta também as atas dos encontros ocorridos nos bairros pertencentes a cada região. Os temas discutidos são: idosos, juventude, igualdade racial, pessoas com deficiência, mulheres, LGBT e cidade.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Na primeira chamada da população na volta do Orçamento Participativo em 2017, ressaltou-se a importância da participação e da adesão social para que esse mecanismo seja de fato um meio direto de planejar o orçamento público não centralizado e técnico:

Como se sabe tradicionalmente a decisão sobre onde utilizar os recursos do município é feita pelo prefeito e sua equipe de governo, mas com o Orçamento Participativo é diferente: a população é quem decide onde investir o recurso público que vem dos impostos arrecadados de todos os contribuintes. Assim, não é mais o prefeito e sua equipe decidindo sozinhos sobre os rumos da cidade – a decisão fica nas mãos do povo, por meio das plenárias do OP a serem realizadas em 11 regiões da cidade. Para tanto – para que o orçamento seja realmente participativo – é necessária a participação em conjunto dos moradores do bairro e da região onde são realizadas as plenárias. Afinal, conversar sobre a cidade que se tem e planejar a cidade que se quer são compromissos de toda a população. (PREFEITURA DE ARARAQUARA, 2017).

Outra questão importante a respeito do mecanismo interno do Orçamento Participativo em Araraquara é que a população do bairro escolhe um tema relativo ao setor de Saúde, Obras e Serviços Públicos, Educação, Cultura ou Esportes e Lazer, para ser votada como proposta prioritária dentro da plenária. Além disso, há o Conselho do Orçamento Participativo (COP), que é composto por representantes de cada região e que também são selecionados durante a plenária. Após as demandas chegarem no COP, estipula-se os valores de acordo com as obras e programas escolhidos, de modo que todas sejam contempladas no orçamento do ano seguinte, e segue para a Câmara.

Como pudemos observar, o OP é um dispositivo que fomenta a participação sob o aspecto da democracia participativa, contudo apresentando elementos de democracia representativa. Assim passamos a fazer um breve relato da experiência em uma plenária do Orçamento Participativo no bairro que comporta a penitenciária de Araraquara. A reunião realizada em 09 de março de 2017, às 20h foi a primeira após a retomada dos Orçamentos Participativos na cidade. O espaço era típico de uma escola/creche pública, de certo modo bem estruturada, mas em

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

uma rua pouco iluminada. Assim que as pessoas chegavam ao local do encontro, forneciam seu nome, a rua e a qual bairro da região pertenciam. Isso para poder organizar os representantes da plenária e também a votação como um todo. Costumeiramente, alguns secretários e vereadores estão presentes nesse momento, provavelmente para demonstrar, de um lado, a aproximação da população com o “Estado” e, de outro, para incitar a discussão.

No caso dessa plenária, havia a problemática do bairro (Jardim Pinheiros e Vila Biagioni) fazerem parte da localização física da penitenciária, por isso, a questão da violência e insegurança, era uma variável presente e importante nesse espaço. É válido expor que há uma forte tensão entre aqueles que são os “estabelecidos” e os “outsiders”, como define ELIAS (1984), nesses encontros. Deduz-se que nos bairros as pessoas se reconheçam de alguma forma, por causa dos percursos e encontros ao acaso, mesmo que sejam desconhecidas. Por isso, questões sobre o incômodo gerado pelos visitantes dos detentos foi um assunto latente na discussão dessa região. A todo momento podia-se observar os moradores do bairro chamá-los como “eles” e distanciando-se ao referir-se aos demais como “nós” e verbalizações no seguinte sentido: “Não gostamos que “eles” parem fora do estacionamento deles e fiquem em frente às nossas garagens e espaços na rua que se nós paramos. Somos multados, eles ocupam tudo com os carros”.

Outra reclamação recorrente, foi a respeito do calçamento do bairro e da falta de espaços para lazer e esportes, visando criticar a situação de um parque público no bairro Jardim Pinheiros que, segundo vários moradores da cidade, está abandonado e que gostariam de algum tipo de revitalização para que a população pudesse usar o espaço. O Parque Pinheirinho foi construído em 1975 – dois anos antes da inauguração da penitenciária. Este parque é considerado um ponto turístico da cidade, com uma área verde de grandes dimensões. O parque se mantém na memória afetiva dos araraquenses, pois até a década de 1990, o espaço oferecia boa infraestrutura de lazer para a população.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Porém, o que foi relatado a respeito desse espaço, é que não há segurança em seu interior, assim como também não há segurança no bairro que, de acordo com os moradores, não recebe ronda policial, nem mesmo ronda escolar. A insatisfação em relação à segurança foi notada pelos secretários presentes, que se posicionaram dizendo que a segurança pública ali reclamada não fazia parte das responsabilidades da prefeitura e sim do Estado, mas que diante de tantas queixas, a prefeitura poderia promover uma plenária para falar da temática da segurança e violência. Essa não foi divulgada prontamente e ficou “a ser combinada” com o conselho gestor do bairro. Por fim, já encerrando o objetivo da plenária e por meio de uma votação dos presentes, decidiu-se levar para a fase de pleito regional – uma instância maior dentro da estrutura do Orçamento Participativo – demandas de investimentos públicos no âmbito do esporte e lazer. Além de escolherem as duas principais propostas, elegeram quatro representantes do orçamento participativo no bairro.

Não há como negar que essa instância de participação promovida pela prefeitura, não só atinge vários pontos vinculados aos modelos de planejamento urbano democrático/participativo e traz questões sociais importantes para o processo de produção das cidades.

5. A experiência do Aveiro Soup

O tema da crise da democracia representativa tem ganho particular destaque no debate político e acadêmico em Portugal, muito por via dos crescentes níveis de abstenção nos atos eleitorais, que atingem valores próximos dos 50%. Não sendo um problema exclusivamente português, sendo transversal ao contexto Europeu, surge frequentemente na arena pública a questão sobre o descrédito da política e dos políticos, o afastamento entre eleitos e eleitores, o desinteresse dos cidadãos por causas comuns e o individualismo crescente da sociedade.

Em resposta a esse problema, têm vindo a surgir um conjunto de iniciativas da administração pública, sobretudo à escala local, que visam reconstruir essa

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

relação de confiança e estimular a participação cidadã, surgindo a figura do Orçamento Participativo como um dos instrumentos mais utilizados (DIAS; ALLEGRETTI, 2009).

No entanto, os indicadores de abstenção em eleições autárquicas, atingindo valores próximos dos 45% (2017), colocam a dúvida sobre a forma como o poder local é valorizado pelos cidadãos. Apesar de estar próximo dos cidadãos, de dispor de um aprofundado conhecimento da realidade e de responder rápida e eficaz aos problemas, há sinais que mostram que a relação entre os cidadãos e a política local atravessa algumas dificuldades. Em parte, o problema pode ser explicado pelo surgimento de formas de participação sobretudo reativa, respondendo a problemas particulares, com espaços de interação pouco apelativos (regulamento, horários, regras de diálogo) num contexto de desconfiança (parte a parte). Contudo, apesar desses dados, a notícia da morte da democracia participativa pode ser manifestamente exagerada.

Nas últimas décadas, têm vindo a surgir um conjunto de iniciativas cívicas que pretendem aprofundar o envolvimento das comunidades em processos de decisão relacionados com o futuro das cidades, quer através da criação de movimentos cidadãos ou associações, quer através do envolvimento de novos atores, nomeadamente as universidades, que criam, estimulam ou apoiam projetos participativos.

O caso de Aveiro, cidade do centro de Portugal, é particularmente elucidativo. Uma cidade universitária com pouco mais que 50.000 habitantes, tem conseguido afirmar-se a nível nacional e global em vários domínios, da indústria à investigação científica, das tecnologias às artes e cultura.

Muito por influência da Universidade que aqui se instalou há 44 anos (1973), a cidade tem vindo a gerar um conjunto de movimentos cívicos que se têm organizado para responder a projetos municipais de intervenção na cidade, com destaque para a contestação de projetos do Parque da Sustentabilidade (MOTA; SANTINHA, 2016) e a revitalização e animação do bairro histórico de Aveiro (Vivó

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Bairro, uma colaboração entre a associação de comerciantes do bairro (CORDA) e a Universidade de Aveiro no âmbito do projeto europeu COMMUNITY PARTICIPATION IN PLANNING).

Mais recentemente, inspirado numa iniciativa desenvolvida em Detroit há seis anos, surgida num quadro de grande depressão social e econômica da cidade americana, onde faltavam recursos públicos para responder às necessidades da comunidade, um conjunto de cidadãos organizaram-se para promover um jantar comunitário (Aveiro Soup) que visa apoiar projetos com impacto na comunidade, em modalidade de *crowdfunding* e selecionados em cerimônia a realizar num jantar partilhado.

O modelo do evento SOUP tem um conjunto de premissas. Após uma fase de concurso de ideias, são selecionados quatro projetos para o jantar onde cada um dos participantes tem quatro minutos para partilhar a sua ideia e responder a perguntas dos participantes. Os projetos podem ser sobre qualquer tema, sem qualquer restrição. Na apresentação durante o jantar, os participantes não podem usar tecnologia e a ideia tem de estar enquadrada no território da cidade.

A iniciativa em Aveiro, desenvolvida em 4 de fevereiro de 2017, teve um enorme impacto na comunidade, com mais de 250 participantes, 25 propostas submetidas e 1.500 euros para a proposta premiada. Contudo, para a presente reflexão, mais importante que os resultados foi a metodologia seguida e a forma como os cidadãos se organizaram para responder a este desafio coletivo.

A equipe promotora do Aveiro Soup juntou quase cinquenta pessoas, de diversas gerações, áreas profissionais e proveniências, envolvendo docentes e alunos da Universidade de Aveiro, profissionais das artes, das tecnologias e da gestão, membros de organizações sociais, culturais e econômicas, organizadas em torno de seis grupos de trabalho: os facilitadores, secretariado, equipe de divulgação, equipe de gestão de propostas, “chef”(s), secção das artes e os promotores da inclusão. O quadro abaixo descreve as equipes e as funções desenvolvidas.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Quadro 01. Equipes organizadoras do Aveiro Soup

Equipes	Funções
Facilitadores	Coordenam as reuniões da comissão e mantém o controle do cronograma e das responsabilidades de cada membro.
Secretariado	Toma notas em cada reunião e trabalha em estreita colaboração com os facilitadores para destacar claramente as decisões e compromissos assumidos em cada momento, enviando a todos os participantes. Registam o dinheiro gerado em cada evento e como surgiram os vencedores, apresentadores/oradores e propostas para referência futura.
Divulgação	Assumem o papel de organizadores e gestores da divulgação local, identificando as organizações locais, empresas, associações, etc. a contactar para o evento. Ficam encarregados da produção e impressão de <i>flyers</i> , criação de uma página nas redes sociais de promoção do evento. Em cada jantar, a comissão deve recolher uma lista de e-mails para notificar os participantes de futuros jantares e outros eventos.
Gestão de Propostas	Apoiam a equipe de divulgação para encontrar ideias na comunidade e desenvolvem o processo seletivo das propostas a apresentar no jantar. No jantar, asseguram a ordem das intervenções e a recolha das votações
“Chef”	Numa modalidade em que o jantar é confeccionado, a equipe de “Chef” (s) recolhem as doações de alimentos, cozinham o jantar e ajudam a organizar a(s) mesa(s).
Artes	São responsáveis por assegurar uma intervenção artística em cada SOUP.
Inclusão	Procuram assegurar que o evento é inclusivo, quer na escolha dos alimentos, dos membros da audiência e na divulgação.

A preparação do evento durou pouco mais quatro meses, do fim de setembro 2016 ao início de fevereiro 2017, envolvendo reuniões quinzenais e um trabalho de coordenação por via digital através das redes sociais e correios eletrônicos (<https://www.facebook.com/groups/soupaveiro/>).

Figura 01 – Logotipo de divulgação do Evento.



Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Do trabalho global, salienta-se três etapas: a fase de divulgação, a de escolha de propostas e o evento.

Na fase de divulgação, foram criados suportes de comunicação, com destaque para um logotipo (Figura 01), um site <https://aveirosoup.wordpress.com/> e uma página <https://www.facebook.com/aveirosoup/>. A divulgação teve um grande destaque local e nacional, com reportagens nas principais mídias escritas nacionais, o que foi decisivo para a angariação de participantes e de apoios.

Convém referir que a equipe de voluntários representava mais do que um envolvimento individual. O facto de muitos deles terem posições de destaque nas suas organizações, levou a que a maior parte das organizações sociais, culturais e económicas da cidade se mobilizassem no apoio ao evento e, em particular, na mediação para a cedência do espaço onde se realizou o evento, para a oferta dos alimentos servidos e dos utensílios necessários e para a disponibilização dos meios humanos necessários ao evento (em particular, os momentos artísticos). A figura 02 mostra as instituições e empresas envolvidas no projeto.

Figura 02. Instituições e empresas fomentadoras do Aveiro Soup



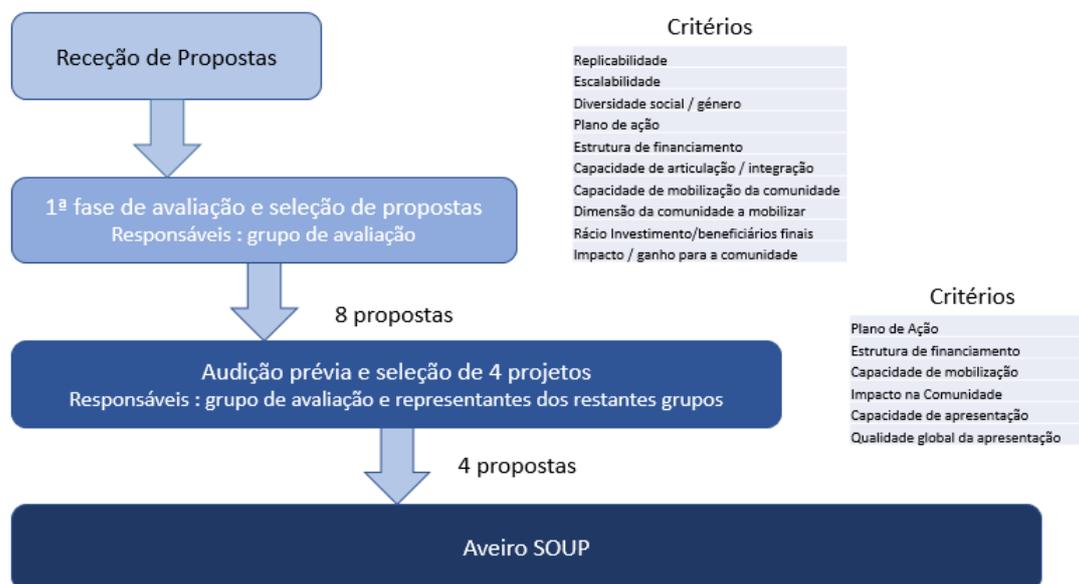
A fase de escolha de propostas foi um momento particularmente importante. Em resultado do esforço de promoção, surgiram 24 propostas de temas tão diversos como o turismo, as artes, a ecologia, o apoio à infância e à terceira idade, a revitalização urbana de bairro, a recuperação de brinquedos, a economia social, apoio associativo, os parques infantis, a solidariedade social e as tecnologias.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

Para responder a tão diversos e significativos projetos foi criada uma metodologia de avaliação que procurou identificar critérios de avaliação a que o júri, constituído por representantes dos vários grupos de trabalho, pudessem usar. Do conjunto de critérios, refiram-se a replicabilidade, a escalabilidade, a diversidade social/gênero, o plano de ação, a estrutura de financiamento, a capacidade de articulação e integração, a capacidade de mobilização da comunidade, a dimensão da comunidade a mobilizar, a relação entre investimento/benefícios finais e o impacto/ganho para a comunidade. Foram feitas duas fases de seleção, na qual, numa primeira fase, se recolheram 8 propostas e na segunda quatro, as que foram ao jantar final

Importa sublinhar que o cuidado na avaliação colocado pelo grupo cívico que promoveu esta iniciativa. Respondendo à necessidade de rigor e transparência, o grupo entendeu que deviam ficar claros os critérios para que pudessem ser compreendidos pelos proponentes e para tornar credível a iniciativa perante participantes e patrocinadores.

Figura 03. Estrutura Esquemática dos processos de avaliação do Aveiro Soup.



Em resultado desta seleção, foram escolhidos os seguintes projetos:

Proponente	Tema	Objetivo
Eunice Aires Almeida - D'ARte	Projeto artístico e comunitário	Promover através das Artes, nomeadamente a música (canto e instrumentos), as artes plásticas e o teatro, o desenvolvimento humano, o sentido de pertença e identidade social, e contribuir para a desmistificação do Bairro de Santiago que será o palco do produto artístico – uma Ópera de Rua – cocriado através de oficinas de práticas artísticas comunitárias realizadas todos os meses
Filomena Serrado	Adultos inspiradores, crianças felizes	Contribuir para o desenvolvimento de pessoas mais felizes e conscientes que, por via disso, serão capazes de desenvolver comportamentos que afetam positivamente as crianças potenciando a sua autoestima e a sua inserção no mundo.
Lucas Linhares de Macedo	Jardim de Santiago	Revitalizar o Jardim de Santiago através de duas ações: Construção e Organização de um “ParCão” e de uma “Horta Mandala”
Oksana Tymoshchuk	Estendal dá Aveiro	Resolver o problema do desperdício de roupa e brinquedos usados, colocando-os ao dispor de quem mais necessita, envolvendo os jovens da associação, com apoio dos voluntários, penduram as roupas e ajudam as pessoas a fazer as suas escolhas.

O evento foi o momento alto com a mobilização de algumas centenas de pessoas que se juntaram para celebrar uma “sopa da pedra” feita de generosidade, de afeto e de espírito de entreatajuda, numa celebração da vida em comunidade.

O resultado alcançado mostrou o potencial de organização cívico que existe nas comunidades e que nem sempre é devidamente valorizado e potenciado. A crise da participação formal abre portas para novas formas de organização cidadã que podem responder a necessidades pontuais da comunidade ou para ilustrar o seu potencial de concretização.

Se é comum as organizações do setor social e cultural oferecerem os seus préstimos gratuitamente, não raras vezes em prejuízo da sua sustentabilidade, o projeto mostrou que também as empresas estão dispostas a financiar iniciativas de interesse comum no âmbito da sua responsabilidade social.

O poder político não tendo apoiado diretamente o evento, mostrou interesse e atenção ao carácter inovador da rede que se criou. Merece destaque a disponibilidade da Presidência da República em conhecer os projetos vencedores.

O projeto vencedor, entretanto, já realizou a iniciativa que se propôs num evento organizado na véspera de Natal, numa festa (presépio vivo) que mobilizou centenas de participantes e que contribui para valorizar a comunidade que reside no Bairro de Santiago, um bairro social localizado no centro da cidade e que vive um intenso processo de renovação do seu valor simbólico.

Havia a expectativa de um maior apoio do grupo de cidadãos aos restantes projetos não aprovados, mas a capacidade de resposta não foi suficiente. Este facto, ilustra bem as limitações deste tipo de organizações e de processos de democracia participativa, que devem ser entendidos como um complemento e não uma alternativa aos processos formais de democracia representativa e de formulação de políticas públicas.

Da avaliação feita aos participantes, mais de 50% ficaram muito satisfeitos e 35,5% satisfeitos, valores muito semelhantes aos da avaliação do evento perante a expectativa que tinham (48,4% e 35,5%, respetivamente). Do que mais gostaram,

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

foi referido o conceito, o ambiente e o convívio os projetos e a mobilização conseguida. Das sugestões de melhoria, foi salientada a possibilidade de interagir mais com os proponentes, de reduzir o programa complementar, dedicando mais tempo a conhecer os projetos, e algumas melhorias logísticas (espaço, tempo e acústica). Por último, relativamente a novas edições foi proposto que houvesse possibilidade de um maior conhecimento das propostas não selecionadas, de criar uma plataforma (física ou virtual) para mobilizar apoios (financeiros e outros) para as propostas, para além do evento e de ser mais explícito onde a proposta vai aplicar o dinheiro conseguido. Por último, e em comparação com o exemplo de Detroit, tornar o jantar mais leve.

Numa avaliação final é possível identificar a necessidade de criar um suporte institucional que dê apoio a este tipo de iniciativas cívicas e aos resultados que elas podem gerar. Existe um capital de ideias que se gera, das 24 só uma recebeu apoio, e que deveria merecer atenção por parte das instituições que gerem o território, caso contrário perdem-se. O trabalho de criação de propostas individuais carece de um trabalho, simultâneo, de interligação entre os proponentes, algo muito semelhante ao que ocorre nos Orçamentos Participativos Portugueses. O esforço de ligação pode permitir que algumas das ideias se aproximem, ganhem escala ou aumentem a possibilidade de se virem a concretizar, neste ou noutro contexto.

6. Comparação entre os dois modelos (aproximações e distanciamentos) Forças e fragilidades

Ao se considerar os dois modelos que buscam estabelecer e fortalecer a democracia participativa nos processos de produção das cidades, é possível perceber algumas aproximações e também distanciamentos.

No que tange às aproximações, fundamentalmente, o alinhar das arenas participativas está nos princípios seguidos por ambas. Os princípios de empoderamento, de cidadania, de responsabilização com a coisa pública, vida comunitária são elementos, ora mais fraco, ora mais forte, presentes nas propostas

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

de envolvimento da comunidade local no sentido de participar ativamente em questões que se ligam à sua vida cotidiana e espaço imediato. Dentro desta perspectiva, a escala local é valorizada como unidade elementar de planejamento dotada de características fundamentais. Logo, ambas ações tem um sentido fortemente territorializado de aplicação de recursos e execução dos projetos. Este sentido ganha espessura a medida em que questões como a identidade territorial e vivencia cotidiana balizam um conjunto de leituras e ações da comunidade sobre seu próprio espaço. De alguma maneira, ambos projetos buscam reinserir a sociedade local em seu lugar, a partir de uma leitura que olha para dentro.

Já em uma perspectiva de buscar os distanciamentos, é notório que as arenas participativas apresentadas são distintas em suas origens, atores, operacionalização, dinâmica e resultados. Enquanto o Aveiro Soup é uma proposta que emana da sociedade civil organizada e de instituições, ainda que públicas, como é o caso da Universidade de Aveiro, os orçamentos participativos – no caso brasileiro – origina-se a partir de uma política pública de governos, o qual organiza toda a estruturação e operacionalização das ações. O que de certa maneira, tutela a participação. Como uma política de governo, há uma distinção em relação ao “Soup” na escala temporal. Os primeiros tendem a ser constantes enquanto permanece o governo, sofrendo rupturas com as trocas administrativas. No entanto, eles tendem a ser mais estáveis, ao menos durante a vigência de um governo. O Soup aparece com uma característica mais efêmera. A experiência aqui apontada, apresenta um evento pontual no tempo.

Há também uma distinção escalar no que se refere ao espaço. Os orçamentos participativos, envolvem toda a cidade e executa diferentes projeto de forma pulverizada, considerando a regionalização proposta no âmbito da política pública. O modelo do Aveiro Soup, ainda que possa ter contribuições de qualquer cidadão, logo também envolve toda a cidade, sua execução mostrou-se pontual. Este fato está vinculado à outra grande diferença entre ambos modelos, que é a origem dos recursos financeiro para a execução das ações. No caso o orçamento

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

participativo, os recursos são de origem pública. Considerando a proposta dos orçamentos participativos em promover melhor distribuição dos investimentos pela cidade, inclusive buscando inverter prioridades e valorizando as áreas mais carentes, é importante que os recursos sejam distribuídos pelo território. Já no caso do Aveiro Soup as origens dos recursos são privadas, e ainda que haja compromissos e responsabilidades com a sociedade, não há obrigatoriedade que a distribuição pelo território seja balanceada. A presença de representantes de empresas privadas é outro ponto de diferenciação, já que nos orçamentos participativos há apenas o envolvimento direto dos cidadãos e, em um segundo momento, a sua representação através de delegados. Não há o envolvimento de instituições e empresas privadas no processo. Também é válido destacar que os modelos se distinguem no momento da execução. No caso dos orçamentos participativos, uma vez definidas áreas de investimentos, a prefeitura fica incumbida da responsabilidade da execução, eximindo a população das ações executivas. Já no caso do Aveiro Soup, o distanciamento do poder público desemboca em ações exclusivamente executadas pela sociedade civil.

Ao se aproximar os dois modelos fica evidente as grandes diferenças que os separam, da sua origem até a execução. No entanto, ambos apresentam propostas legítimas dentro de seus contextos e buscam a maior aproximação da sociedade civil e a produção da cidade.

7. Considerações finais

Milhares de quilômetros separam Aveiro/Portugal de Araraquara/Brasil. Muito distante também são seus contextos sociais, econômicos e suas trajetórias históricas, ainda que esta mesma história de alguma forma as una. Em que pese suas diferenças, o presente trabalho buscou apresentar um elemento comum a ambas, ou seja, a democracia ou ao menos o desejo democrático presente nestas cidades. Entendendo a importância, mas também os limites da democracia representativa, ambas trilham caminhos para que modelos participativos possam

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

estruturar-se e, quiçá, incorporar-se à cultura local. Se para Araraquara o orçamento participativo é uma política de governo, logo passível de profundas mudanças ou mesmo encerramento de acordo com o governante local, em Aveiro a proposta parte da sociedade civil, sem o intermédio do governo, assim menos suscetível aos seus movimentos. No entanto, ao ser institucionalizado o orçamento participativo é dotado de uma dimensão espacial e temporal mais abrangente e ações legitimadas pelo poder público e sociedade civil de maneira concomitante as próprias decisões tomadas nas assembleias, tendo caráter deliberativo.

O intuito da comparação não foi de hierarquizá-los a partir dos seus resultados e dinâmica, mas sim refletir sobre aberturas dialógicas entre os dois modelos cujos princípios de democracia, empoderamento, valorização da escala local se fazem presentes. Logo, os modelos não se excluem, podendo mesmo ser complementares. No sentido de se pensar uma cidade democrática, inclusiva e com qualidade de vida as duas arenas participativas são de grande valor, pois são espaços de discussões, reflexões, disputas e encaminhamentos de projetos e ações debatidos pela comunidade local, representando as vontades e demandas da vida cotidiana.

O que fica evidente é que debater e construir uma cidade democrática é uma tarefa de grande complexidade tanto para o contexto português quando brasileiro. Obviamente, dadas as especificidades socioeconômicas, políticas e territoriais de cada contexto, a complexidade e a urgência podem ser maiores, mas em nenhum caso menos importante. Os grandes desafios estão em pensar modelos que seja constante no espaço e no tempo, com grande inserção na comunidade e com resultados substantivos e efetivos. Os dois modelos apresentados, com origens, dinâmicas e financiamentos distintos, podem ocorrer ao mesmo tempo. Pensando em maior justiça social e qualidade de vida urbana compreender tais possibilidades se mostra como um primeiro apontamento importante.

Referências

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal de Araraquara. Orçamento Participativo. Disponível em: < <http://www.araraquara.sp.gov.br/op/>>. Acesso em: Abril/2018

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, junho, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2018.

CARVALHO, S. “Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento.” In: VITTE, C; KEINERT, T. (Orgs.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, N.; ALLEGRETTI, G. “Orçamentos participativos em Portugal: em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional?” *Cidades - Comunidades e Territórios*, n. 18, p. 59- 78, 2009.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOMES, P. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MOTA, J.C., SANTINHA, G. Aveiro: Civic Movements to Promote Smarter Decisions for the Future of the City. In: CONCILIO, G.; RIZZO, F. (Orgs.) *Human Smart Cities: rethinking the interplay between design and planning*. Springer, 2016. p. 219-227.

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129

OLIVEIRA, M. P. Para compreender o “Leviatã urbano”: cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 177-206.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. “Participação Popular e política de investimento no orçamento participativo de Araraquara e Porto Alegre.” *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, p. 41-62, 2010.

SILVA, S. “Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca.” *Sociedade e Estado*. v. 28, n. 1. Brasília, Jan/abril de 2013.

SOUZA, C. “Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo.” *São Paulo em Perspectiva*, v. 15 n. 4, p. 84-97, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10375.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2018.

SOUZA, M. L. *A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VITALE, D. Democracia Direta e poder local: a experiência brasileira do Orçamento Participativo In: NOBRE, M; COELHO, V. *Participação e Deliberação*. Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora 34, p.239-246, 2004.

WAMPLER, B. “A difusão do orçamento participativo brasileiro: boas práticas devem ser promovidas?” *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, junho, p. 65-95, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf>> Acesso em 09 fev. 2018.

Recebido em: 10/03/2018
Aprovado em: 20/04/2018

Entre “Soup” e Orçamento Participativo: aproximações e distanciamentos nos casos de Aveiro/Portugal e Araraquara/Brasil | Rafael A. Orsi, José Carlos Mota e Ana Clara Citelli | 101-129